

## DIDÁTICA: A TEORIA E A PRÁTICA NA EDUCAÇÃO

Autor ( 1 ) Joara Valente de Amorim Alves; Co-autor ( 1 ) Ivanete Nunes Miranda

*Anne Sullivan University, joaravalente2@hotmail.com*

**RESUMO:** O trabalho tem como objetivo analisar a importância da docência e da didática no ensino superior. Para uma população se desenvolver com ética, igualdade e respeito faz-se necessário um grande investimento na educação. A formação de um cidadão humanizado ocorre desde a Educação Básica até o Ensino Superior. Iremos nos ater ao professor universitário, que forma os futuros profissionais de todas as áreas do conhecimento. A formação acadêmica é associada a formação do ser humano como pessoa capaz de pensar e não apenas memorizar e repetir mecanicamente o que aprendeu na escola e na faculdade. Cabe então aos professores em geral levar os alunos a descobrirem meios de buscar o conhecimento e associá-lo com a vida prática. Este deve ser um valor assumido pelas instituições universitárias, especialmente num momento em que tanto se fala em autonomia e em avaliação. A qualidade do fazer universitário passa, sem dúvida, pela condição de, seriamente, estar sempre se educando. O professor necessita não apenas de sólidos conhecimentos na área em que pretende lecionar, mas também de habilidades pedagógicas suficientes para tornar o aprendizado mais eficaz. Além disso, o professor precisa ter uma visão de mundo, de ser humano, de ciência e de educação compatível com as características de sua função. Requer-se, portanto, um professor capaz de organizar e dirigir situações de aprendizagem, que domine os conteúdos a serem ensinados e os traduza em objetivos de aprendizagem. Que seja capaz de explorar os acontecimentos, favorecendo a apropriação ativa e a transferência dos saberes.

**Palavra Chave:** Formação, Cidadãos, Habilidades.

### 1 INTRODUÇÃO

Segundo Tavares (2007), para que uma população se desenvolva com ética, equidade, igualdade e respeito faz-se necessário um grande investimento na educação, não na educação bancária, onde se faz do aluno um depósito de informações de pouca relevância para o seu crescimento.

A educação tem que ter sua origem do educare (latim) que significa extrair, tirar, desenvolver, ou seja, extrair a essência boa do ser humano, e tirar as vicissitudes que o levam a cair e desenvolver um homem de personalidade, de caráter, de justiça e de amor, desenvolvendo nele toda a perfeição que lhe é peculiar. A justificativa dessa afirmação fundamenta-se no fato de o corpo discente das escolas superiores ser constituído por adultos, diferentemente do corpo discente do ensino básico, constituído por crianças e adolescentes. Desta forma esses alunos não necessitariam do auxílio de pedagogos (ANTUNES, 2009).

De acordo com Gil (2008), os estudantes universitários, por já possuírem uma “personalidade formada” e por saberem o que pretendem, não exigiriam de seus professores mais do que competência para transmitir os conhecimentos e para sanar suas dúvidas. Por essa razão é que até recentemente não se verificava preocupação explícita das autoridades

educacionais com a preparação de professores para o Ensino Superior. A preocupação existia, mas com a preparação de pesquisadores, ficando subentendido que quanto melhor pesquisador fosse, mais competente professor seria.

A formação de um cidadão humanizado ocorre desde a Educação Básica até o Ensino Superior, e aqui iremos nos ater ao professor universitário, que forma os futuros profissionais de todas as áreas do conhecimento. A formação acadêmica é associada a formação do ser humano como pessoa capaz de pensar por si próprio e não apenas memorizar e repetir mecanicamente o que aprendeu na escola e na faculdade, cabe então aos professores em geral levar os alunos a descobrirem meios de buscar o conhecimento e associá-lo com a vida prática (BOLFER, 2008).

O professor universitário, com o de qualquer outro nível, necessita não apenas de sólidos conhecimentos na área em que pretende lecionar, mas também de habilidades pedagógicas suficientes para tornar o aprendizado mais eficaz. Além disso, o professor universitário precisa ter uma visão de mundo, de ser humano, de ciência e de educação compatível com as características de sua função (TAVARES, 2007).

Por conta disso, essa pesquisa objetiva-se em analisar a importância da docência e da didática do docente do nível superior de ensino.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 EDUCAÇÃO**

O verbo ensinar, do latim *insignare*, significa marcar com um sinal, que deveria ser de vida, busca e despertar para o conhecimento. Como outros verbos de ação, ensinar contém, em si, duas dimensões: uma utilização intencional e uma de resultado, ou seja, a intenção de ensinar e a efetivação dessa meta pretendida (REBOUL, 1982).

A educação vem sendo motivo de inquietação das pessoas desde a antiga Grécia, pois os gregos tinham uma preocupação quanto à educação dos jovens, visto que esses seriam os futuros governantes. Ela deve ser a chave mestra para o desenvolvimento geral de um indivíduo, e de uma nação. Esse desenvolvimento o preparará para formular seus juízos de valor decidindo por si mesmo em uma ação em diferentes circunstâncias que a vida impõe. Nessa parte se justifica a filosofia (SANTANA; WARTHA, 2006).

Segundo Freire (2003), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” e é nisso que os professores têm errado. Eles não conseguem pensar em uma maneira de ensinar o que se deve,

aproveitando o conhecimento que seus alunos têm visto que para isso, faz-se necessário saber pensar, intervindo na realidade de cada aluno.

Através de uma educação funcionante, o aluno conquistará uma cidadania emancipada, aquela que o fará saber o que quer, por que quer e como quer, o fará crítico, ativo e humanizado. E esses comportamentos são o que falta para os profissionais de diversas áreas que atuam somente com base em informação técnica e acadêmica, sem explorar o lado humano necessário a qualquer profissão, tendo em vista, que por mais técnica que seja, todas profissões foram criadas para benefício do homem e da sociedade em geral (DEMO, 2000).

A ação educativa, responsabilidade do professor, precisa incidir sobre a atividade mental do aluno, criando condições favoráveis ao seu desenvolvimento e aprendizagem, ou seja, tem como finalidade “sintonizar com o processo de construção de conhecimento do aluno e incidir sobre ele, orientando-o na direção que sinalizar as intenções educativas” (OLIVEIRA, 2010).

Aranha (1996), destaca três aspectos importantes na formação do professor:

1. Qualificação: o professor deve adquirir os conhecimentos científicos indispensáveis para o ensino de um conteúdo específico;
2. Formação pedagógica: a atividade de ensinar deve superar os níveis de senso comum, tornando-se uma atividade sistematizada, conduzida com planejamento e organização;
3. Formação ética e política: o professor deve educar a partir de valores e tendo em vista um mundo melhor.

Assim, percebe-se que ser professor, não é somente ensinar conteúdos programáticos, mas sim ter conhecimentos de várias técnicas para formar pessoas com conhecimentos e habilidades para atender a sociedade de forma abrangente. O professor é um ser político, que tem o poder para ampliar o nível intelectual e social das pessoas, basta que ele saiba integrar na sua prática docente os vários conhecimentos que o formaram (ARANHA, 1996).

## 2.2 A DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR

O termo didática deriva do grego *didaktiké*, que tem o significado de arte do ensinar. Para Libâneo (1994), cabe à didática “converter objetivos sócio-políticos e pedagógicos em objetivos de ensino, selecionar conteúdos e métodos em função desses objetivos, estabelecer os vínculos entre o ensino e a aprendizagem, tendo em vista o desenvolvimento das capacidades mentais dos alunos”. O autor vai além ao dizer que a didática é o elo entre “o que” e “como” ensinar, no processo pedagógico escolar. Ela será a mediação entre a prática docente e as bases teórico-científicas da educação escolar.

Enquanto a educação básica, no cenário nacional, é oferecida principalmente pelo setor público, a formação docente é realizada majoritariamente pelo setor privado de ensino superior. Grande parte dos professores que ministram aulas no ensino básico são formados em cursos de licenciatura nas instituições privadas. É fato reconhecido a baixa qualidade desses cursos, tendo em vista que, na maioria dessas instituições, a organização curricular seguiu, durante anos, o modelo das “pequenas” licenciaturas (ADORNO, 2011).

Por outro lado, de acordo com Bittar (2008) na universidade pública, bacharelado e licenciatura têm-se constituído, no decurso da história, como cursos separados, com pouca ou nenhuma relação entre si. Nesse caso, a licenciatura aparece numa situação de inferioridade, ou seja, o curso técnico-científico ganha maior importância, enquanto a licenciatura caracteriza-se como um curso completamente secundário.

Como primeiro passo julgamos oportuno destacar, dos documentos legais, o sentido que se desejou imprimir à ideia de Universidade no Brasil desde as suas origens e que até hoje persiste como um alvo a ser permanentemente alcançado. Até o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, o ensino superior estava estruturado, em suas bases fundamentais, sendo os termos dos Decretos nº 19.851 (relativo à organização das universidades brasileiras), nº 19.852 (relativo à reorganização da Universidade do Rio de Janeiro e do ensino superior brasileiro), e o de nº 19.850 (que criava o conselho Nacional de Educação definindo suas funções), sendo todos eles de abril de 1931, decorrentes de Reforma Francisco Campos (ALMEIDA, 1986).

Das Diretrizes contidas nestes documentos legais destacamos o duplo objetivo a ser alcançado pela Universidade: “(...) equipar tecnicamente as elites profissionais do país e proporcionar ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino, imprescindíveis à formação da cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura” (CAMPOS, 1940, apud FAVERO, 2000).

Tais diretrizes ressaltam ainda que o papel da Universidade não pode ser restrito ao aspecto didático, mas engloba também o social:



“(…) transcendente ao exclusivo propósito do ensino (é uma unidade social ativa e de aspirações, uma família intelectual e moral, que não exaure a sua atividade no círculo dos seus interesses próprios e inéditos, sendo que como unidade viva, tende a militante, isto é, um centro de contato, de colaboração e de cooperação, de vontades e ampliar no meio social, em que se organiza e existe, o seu círculo de ressonância e de influência exercendo nele uma larga, poderosa e autorizada função educativa.”(CAMPOS, 1940, apud Fávero, 2000).

Segundo observações de Fávero (2000) tais objetivos eram muito amplos e, inclusive, demasiado otimistas para uma época em que havia poucas escolas, mesmo para atender uma minoria privilegiada, de forma adequada. Ainda que ressaltasse a finalidade social da Universidade, a autora nos adverte de que a escola de nível superior, nas suas origens, se apresentava como “altamente hierarquizada, “rígida e elitista”, que “pouco se comunicava com a sociedade de que em parte”.

O educador universitário precisará ser o motivador, o incentivador, o animador, o instigador e o facilitador do aprendizado do aluno (tanto no aspecto cognitivo como nos aspectos afetivo-emocional e interpessoal) e não o detentor único e exclusivo da informação e conhecimento. Ele, como o de qualquer outro nível, necessita não apenas de sólidos conhecimentos na área em que pretende lecionar, mas também de habilidades pedagógicas suficientes para tornar o aprendizado mais eficaz. Além disso, o professor universitário precisa ter uma visão de mundo, de ser humano, de ciência e de educação compatível com as características de sua função (ANTUNES, 2009).

As deficiências na formação do professor universitário ficam claras nos levantamentos que são realizados com estudantes ao longo dos cursos. Nestes é comum verificar que a maioria das críticas em relação aos professores refere-se à “falta de didática”. Por essa razão é que muitos professores e postulantes à docência em cursos universitários vem realizando cursos de Didática do Ensino Superior, que são oferecidos em nível de pós-graduação, com uma frequência cada vez maior, por instituições de Ensino Superior (OLIVEIRA, 2010).

### **2.3 A FORMAÇÃO DOCENTE**

A formação de professores constitui uma questão central no contexto mais amplo da educação brasileira. Não sem razão, vem sendo objeto das atuais reformas educacionais e contemplada no âmbito dos debates acadêmicos e das entidades científicas e profissionais, impondo um aprofundamento da reflexão acerca da natureza e dos objetivos dos cursos de formação desses profissionais. (PONTUSCHKA, 2009).

Essa formação tem se concentrado na sua crescente especialização dentro de uma área do saber. De acordo com Vasconcelos (1998), há “pouca preocupação com o tema da formação pedagógica de mestres e doutores oriundos dos diversos cursos de pós-graduação do país. A graduação tem sido ‘alimentada’ por docentes titulados, porém, sem a menor competência pedagógica”. Tal constatação nos leva a um questionamento acerca da correlação entre a crescente especialização oferecida pelos cursos de pós-graduação e a melhoria da qualidade docente dos professores universitários.

Apesar da relevância da profissão, considerada estratégica pelo fato de condicionar decisivamente as oportunidades de desenvolvimento da sociedade e da economia, os cursos de formação docente têm historicamente demonstrado sua falta de êxito, reforçando o estereótipo segundo o qual se trata de cursos fracos. Os professores, via de regra, são vistos como profissionais despreparados, sem capacidade de gerir com autonomia os próprios saberes (TAVARES, 2007).

No Brasil, o estabelecimento de um sistema de formação do professor secundário remonta à década de 30 do século XX, quando houve forte expansão da escolaridade em todos os níveis. O modelo clássico de formação desse profissional, que perdura até hoje, caracteriza-se por uma organização curricular que prevê dois conjuntos de estudos, congregando, de um lado, as disciplinas técnico-científicas e, de outro, as disciplinas didático – psico – pedagógicas. Esse formato tradicional ficou conhecido como “modelo 3+1”, ou seja, três anos de bacharelado mais um ano de formação pedagógica, que muitos consideram como licenciatura, acrescida do estágio supervisionado. Hoje, na maioria das faculdades particulares, os cursos de licenciatura foram reduzidos ainda mais, tendo uma duração de apenas 3 anos. Enquanto os demais cursos geralmente duram de 4 a 5 anos. Isto já revela a falta de importância que se dá a formação profissional do educador (OLIVEIRA, 2010).

De acordo com Pontuschka (2009) o processo de expansão do ensino superior no Brasil deu-se pela via da privatização, com o predomínio de instituições isoladas, contrariando a Lei da Reforma do Ensino Superior 5.540/68. A referida lei instituiu que o ensino superior deveria ser organizado sob a forma de universidade. Essas instituições privadas, constituídas, principalmente, como Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, multiplicaram-se no fim dos anos 60 e início dos anos 70, no bojo do forte impulso expansionista do ensino superior brasileiro, caracterizando-se como lócus institucional da formação de professores para a escola básica. Tal expansão acentuou-se com o estabelecimento do modelo das licenciaturas curtas polivalentes, em todas as áreas, a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases 5.692/71.

O Brasil tem vivenciado um período de diversas alterações no sistema de ensino superior, que englobam, além do crescimento destacado anteriormente, a expansão e flexibilização do sistema, mudanças na estrutura curricular (diretrizes curriculares), alterações nos critérios de ingresso nas IES, exigência de titulação do corpo docente, processos sistemáticos de avaliação, tanto em âmbito institucional como nacional, entre outros indicadores, muitos dos quais decorrentes da introdução de novas tecnologias na educação (RIBEIRO JUNIOR, 2002).

Esse processo, no entanto, não tem se dado de modo proporcional entre os diferentes tipos de instituição existentes no país, havendo uma diferenciação cada vez maior entre os programas que incentivam a pesquisa e programas que priorizam o ensino (GAMBOA, 1999).

Como observado por Pimenta e Anastasiou (2002), as oportunidades de emprego vêm aumentando com a expansão das instituições particulares de ensino em todo o território nacional, o que pode ser observado por uma análise dos dados estatísticos divulgados recentemente pelo MEC/INEP, expansão esta que não é acompanhada de um processo de profissionalização, nem inicial nem continuada. Para as autoras, o conhecimento deste sistema é de extrema importância pois as condições de trabalho dos professores são bastante diversas entre os diferentes tipos de IES brasileiras e, dependendo do tipo de instituição ao qual o professor se vincula, um tipo de produção diferente será exigido dele, seja ela relativa a atividades de docência, de extensão ou pesquisa, cabendo lembrar que a docência estará presente em todos.

Hoje, portanto, é necessário ao professor saber lidar com uma diversidade cultural que antes não existia no ensino superior, decorrente do ingresso de um público cada vez mais heterogêneo. Um público que pode, por um lado, não estar tão bem preparado, tanto emocional quanto intelectualmente, para o ingresso no ensino superior; um público talvez mais jovem, mais imaturo, e, por vezes, pouco motivado e comprometido com sua aprendizagem, tendo em vista que o ensino superior hoje não é mais garantia de um emprego estável no futuro, mas um público que pode, por outro lado, ser muito mais exigente quanto à qualidade do curso oferecido, tendo em vista especialmente o alto grau de competitividade do mercado de trabalho. Além disso, os professores passam a ter necessidade de aprender a lidar com turmas cada vez mais numerosas, pois a baixa correlação do número de alunos por professor, antes tomada como índice de qualidade de um curso, hoje passa a identificar a “ineficiência do sistema” (MILLAR, 1996).

Temos hoje configurado um processo de mudanças no contexto global no qual se inserem as instituições de ensino superior, mudanças relacionadas, em especial, ao avanço

científico-tecnológico, a alterações na organização do trabalho (processo produtivo), à sociedade de informação, aos processos de globalização da economia e a alterações na relação dos sujeitos com o conhecimento. Tais mudanças acabam por afetar, direta ou indiretamente, a organização das IES, assim como o trabalho realizado em seu interior (MORAES, 1997).

A reestruturação na forma como se concebe o saber, a influência dos aspectos tecnológicos e toda uma reestruturação na organização social clamam, portanto, por mudanças na estruturação e nos objetivos do ensino superior, eminentemente marcados pelo paradigma moderno. Conseqüentemente, o trabalho a ser realizado pelo professor universitário sofre também alterações. Torna-se necessário ao professor pensar numa nova forma de ensinar e aprender que inclua a ousadia de “inovar as práticas de sala de aula, de trilhar caminhos inseguros, expondo-se e correndo riscos, não se apegando ao poder docente, com medo de dividi-lo com os alunos e também de desvencilhar-se da racionalidade única”, pondo em ação outras habilidades que não apenas as cognitivas, necessitando ainda, que os professores passem a pensar-se como “participantes do desvelamento do mundo e da construção de regras para viver com mais sabedoria e mais prazer” (CASTANHO, 2000).

Percebemos, portanto, que as características necessárias aos professores universitários hoje, extrapolam – e muito – os limites do conhecimento aprofundado da matéria de sua especialização e a aquisição de habilidades necessárias à condução de pesquisas, e seguem-se a dimensões muito mais amplas, que nos levam a argumentar em favor da importância da formação pedagógica do professor universitário (ADORNO, 2011).

### **3 CONCLUSÃO**

Durante a elaboração do trabalho, pode-se verificar que a formação docente no ensino superior é insuficiente para formar um professor que irá atuar de forma satisfatória na educação básica, o que durante muito tempo prevaleceu no âmbito do Ensino Superior, que a crença para se tornar um professor de nível superior necessitava apenas do conhecimento sobre o conteúdo correspondente a disciplina a ser trabalhada. Entretanto, nos dias atuais essa afirmação torna-se defasada.

É importante incentivar sempre a formação continuada dos docentes, a fim de terem uma didática motivadora para o aprendizado dos seus alunos. O professor tem que estar preparado a levar os conhecimentos de forma atrativa e incentivando o aluno a pensar, criar e participar de forma ativa nas aulas, estimulando a prática do ensino, pesquisa e extensão no



seu dia-dia. A qualidade da educação superior depende de todos que ela compõe, principalmente dos professores e alunos.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ADORNO, T. W.; Educação e emancipação. São Paulo: Paz e Terra, 2011;
2. ALMEIDA, G.; O professor que não ensina. São Paulo: Summus, 1986;
3. ANTUNES, C. A Vaca Sagrada da Educação Brasileira. Adaptado. In: Jornal Virtual Gestão Educacional. Ano 2, N° 105, 24/03/09;
4. ARANHA, M. L. A.; Filosofia da Educação. 2° Ed. São Paulo: Moderna, 1996;
5. BITTAR, E. C. B.; Educação e metodologia para os direitos humanos. São Paulo: Quartier Latin, 2008;
6. BOLFER, M. M. M. O.; Reflexões sobre prática docente: estudo de caso sobre formação continuada de professores universitários. Piracicaba – SP, 2008. Disponível em: <<https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/LWFMJKHNXBBS.pdf>> Acesso em 15 de junho de 2015;
7. CASTANHO, M. E.; A criatividade na sala de aula universitária. Campinas, SP: Papyrus, 2000;
8. DEMO, Pedro. Saber Pensar. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000;
9. FAVERO, M. L. A. Universidade do Brasil: das origens à construção. Rio de Janeiro: Editora UFRJ//INEP, 2000;
10. FREIRE, P.; Educação como Prática da Liberdade. 27ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003;
11. GAMBOA, S.; A pesquisa na construção da universidade: compromisso com a aldeia num mundo globalizado. In: LOMBARDI, José Claudinei (org.). Pesquisa em Educação. Campinas, SP: Autores associados: HISTEDBR: Caçador, SC, UnC, 1999;
12. GIL, A. C.; Didática do ensino superior. São Paulo: Atlas, 2008;
13. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994;
14. MILLAR, S. B. New roles for teachers in today's classrooms. In: Teaching on solid ground: using scholarship to improve practice. San Francisco-EUA: Jossey-Bass, 1996;
15. MORAES, M. C.; O Paradigma Educacional Emergente. Campinas, SP: Papyrus, 1997;
16. PACHANE, G. G.; A universidade vivida: a experiência universitária e sua contribuição ao desenvolvimento pessoal a partir da percepção do aluno. 1998;

17. PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C.; Docência no Ensino Superior. São Paulo: Cortez, 2002;
18. PONTUSCHKA, N. N.; Para ensinar e aprender Geografia 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009;
19. REBOUL, Olivier. O Que É Aprender. Coimbra, Portugal: Livraria Almedina. 1982;
20. RIBEIRO JÚNIOR, J. Globalização, Mercado de Trabalho e Educação. Limeira: Instituto Superior de Ciências Aplicadas, 2002;
21. SANTANA, E.M.; WARTHA, E. J. O Ensino de Química através de jogos e atividades lúdicas baseados na teoria motivacional de Maslow. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE QUÍMICA, 13, Campinas (Unicamp), 2006. Anais, Campinas – São Paulo, 2006;
22. TAVARES, W. R.; Docência: um momento reflexivo. São Paulo: Ícone, 2007;
23. VASCONCELOS, M. L. M. C.; Contribuindo para a formação de professores universitários: relatos de experiências. In: MASETTO, Marcos (org.). Docência na Universidade. Campinas, SP:Papirus, 1998.